

Sumário

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1	
Estado, Sociedade e Meio Ambiente	23
1.1 Estado, Sociedade e o Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	24
1.2 O Direito e a Questão Ambiental	34
1.2.1 Princípios do direito ambiental	37
1.2.1.1 Princípios da prevenção e da precaução	38
1.2.1.2 Princípios do poluidor e do usuário-pagador	43
1.2.1.3 Princípios da participação, da informação e da cooperação	53
1.2.2 O meio ambiente na ordem constitucional brasileira ...	58
1.2.3 Conceitos jurídicos de dano e impacto ambiental.....	63
CAPÍTULO 2	
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação	69
2.1 Disciplina Atual e Importância para a Conservação da Biodiversidade	69
2.2 Implementação e Manutenção	78

2.2.1 Principais problemas enfrentados.....	79
2.2.2 Financiamento e recursos necessários.....	87

CAPÍTULO 3

Licenciamento e Estudo de Impacto Ambiental..... 101

3.1 Incorporação dos Instrumentos no Ordenamento Jurídico Brasileiro e Principais Normas Aplicáveis.....	101
3.2 Procedimento Administrativo	118

CAPÍTULO 4

A Compensação Ambiental da Lei do SNUC..... 133

4.1 Antecedentes	133
4.1.1 Resolução CONAMA nº 10/87.....	134
4.1.2 Resolução CONAMA nº 02/96.....	136
4.1.3 Decreto nº 95.733/88	138
4.2 Disciplina Anterior ao Julgamento do STF.....	140
4.2.1 Art. 36 da Lei do SNUC.....	140
4.2.2 Decreto nº 4.340/2002	144
4.2.3 Resolução CONAMA nº 371/2006.....	148
4.3 Natureza Jurídica	154
4.3.1 Tributo ou preço público	155
4.3.2 Responsabilidade civil por dano futuro ou reparação de danos antecipada	159
4.3.3 Compensação ecológica preestabelecida ou normativa....	167
4.3.4 Instrumento econômico baseado na aplicação do princípio do poluidor-pagador	171
4.4 Principais Discussões em Curso no STF e no TCU	173
4.4.1 A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3378.....	174

4.4.2 A Reclamação nº 8465.....	193
4.4.3 O Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 2650/2009	199
CONCLUSÕES	211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217
QUEM SOMOS LETRAS JURÍDICAS EDITORA	239